

o Artigo n.º 487, com uma área total de 20.571,0 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o N.º 02571/20040803 da freguesia da Ponte e com aquisição aí registada a favor de JPZ — Cartonagem, S. A.;

Considerando que a empresa JPZ — Cartonagem, S. A., foi constituída em 1998, e é detentora do Alvará de Licença de Utilização n.º 15/17, apresenta como atividade o fabrico de embalagens de papel, cartão canelado, cartolina, caixas e cartões impressos, possui 73 trabalhadores e apresenta estatuto de PME Líder desde 2010;

Considerando que, a pretensão da requerente, tem como objetivo a ampliação das suas instalações através da construção de um edifício para armazém e indústria com a área de 4.800,0 m², e acessos e estacionamento com uma área de 7.000,0 m², perfazendo uma área total de 11.800,0 m² de solos inseridos em RAN, o que irá proporcionar um aumento de cerca de 25 % nas exportações, a criação de mais 12 postos de trabalho, e um investimento na ordem dos 4,473 M€ em 2 anos e um volume de negócios expeável de 7 M€ no ano de 2021;

Considerando que foram apresentadas duas certidões de reconhecimento de interesse público municipal, emitidas respetivamente pela Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Guimarães;

Considerando o parecer favorável do IAPMEI, I. P.;

Considerando que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte emitiu parecer favorável e informa que os solos apresentam classe B, com capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão moderados e suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e que o prédio apresenta boas acessibilidades pela Rua da Devesa;

Considerando que a título excecional, nos termos do disposto no suprarreferido artigo 25.º, podem ser autorizadas utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para a realização de ações de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área do desenvolvimento rural e demais áreas envolvidas em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN;

Considerando o parecer favorável, emitido pela Entidade Nacional da Reserva Agrícola que deliberou, por unanimidade, na 95.ª Reunião Ordinária, de 14 de março de 2018.

Assim, a Secretária de Estado da Indústria e o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, respetivamente ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 8.4. do ponto 8 do Despacho n.º 7543/2017, de 18 de agosto, do Ministro da Economia e da subalínea i), da alínea b), do n.º 5 do Despacho n.º 5564/2017, de 1 de junho de 2017, na redação dada pelo Despacho n.º 7088/2017, de 21 de julho de 2017, do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, determinam o seguinte:

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março — Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, é declarado o relevante interesse público da pretensão da empresa JPZ — Cartonagem, S. A., que consiste na ampliação das suas instalações industriais, sitas no Lugar da Devesa, freguesia da Ponte, concelho de Guimarães num total de 11.800,0 m² de solos sujeitos ao Regime Jurídico da RAN.

2 — A fiscalização da utilização dos solos da RAN, para efeitos da ação ora autorizada compete, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do citado decreto-lei, à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e à Câmara Municipal de Guimarães.

18 de junho de 2018. — A Secretária de Estado da Indústria, Ana Teresa Cunha de Pinho Tavares Lehmann. — 19 de junho de 2018. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel João Pisoeiro de Freitas.

311439196

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 6407/2018

Ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência de procedimento concursal aberto nos termos do artigo 18.º da mesma Lei, com repetição de aviso de abertura e de acordo com o recrutamento por escolha, nos termos do n.º 9 do artigo 19.º do mesmo diploma, e no uso das competências que me estão delegados nos termos da subalínea i) da alínea a) do n.º 3 do Despacho n.º 5564/2017, de 1 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de

junho, alterado pelo Despacho n.º 7088/2017, de 21 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto:

1 — Designo o Professor Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo, para exercer, em regime de comissão de serviços por 5 anos, o cargo de diretor-geral de Alimentação e Veterinária, a que se refere o artigo 3.º e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

4 de maio de 2018. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luis Medeiros Vieira.

Nota curricular

Fernando Manuel d'Almeida Bernardo

Nasceu a 31 de março de 1955 na vila de Alpiarça, distrito de Santarém.

Em 1978 concluiu a licenciatura em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa;

Em 1978, iniciou atividade profissional como técnico superior na Direção-Geral de Serviços Pecuários do Ministério da Agricultura;

Em 1982, iniciou carreira como docente do ensino superior universitário na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, carreira que integra até à atualidade. Nesse percurso académico ocupou sucessivamente as posições Assistente Auxiliar (1982-1985); Assistente (1985-1991); Professor Auxiliar (1991-1998); Professor Associado (1998-2005); Professor Catedrático (2005 — até à atualidade).

Em 1989 concluiu um ciclo bienal de formação no Instituto Pasteur (França), tendo obtido o Diploma de Estudos Superiores Especializados em Microbiologia dos Alimentos e Higiene das Coletividades.

Em 1991, obteve o grau de Doutor em Ciências Veterinárias pela Universidade Técnica de Lisboa, com a menção de distinção e louvor por unanimidade.

Em 2004 obteve o título de Professor Agregado da Universidade Técnica de Lisboa.

Desde 2006 vem exercendo funções académicas e científicas no Departamento de Produção Animal e Segurança Alimentar da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa; tendo sido coordenador pedagógico da área disciplinar de Segurança dos Alimentos. Como docente lecionou e coordenou ensino em áreas disciplinares relacionadas com a Deontologia e Bioética, a Sanidade Animal, a Segurança dos géneros alimentícios, a Tecnologia e a Microbiologia dos alimentos no âmbito de ciclos de estudos de graduação (licenciatura e mestrado integrado) e de pós-graduação (mestrados científicos e doutoramentos).

No contexto da atividade académica e científica participou em cerca de duas dezenas de projetos de investigação científica e publicou mais de duas centenas de artigos científicos e técnicos com mais de 1500 citações em artigos científicos internacionais.

Entre 2003 e 2010 exerceu funções de subdiretor da Direção-Geral de Veterinária (DGV) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. No âmbito das suas atividades como subdiretor da DGV, participou em grupos de trabalho nacionais e internacionais criados para efeito de gestão de risco sanitário em cenário de crise, entre os quais: Encefalopatia Espongiforme Bovina (2003-2005); Nitrofuranos (2003); Gripe aviária (2005-2009); Doença vesiculosa dos suínos (2004-2005); Língua Azul (2005-2010); Micobacteriose suína (2005-2006) e Febre do Nilo ocidental (2006). Internacionalmente integrou diversos grupos de trabalho, nomeadamente a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), os Chefes de Agências de Medicamentos Europeias (HMA), a Direção-Geral de Saúde e Consumidores da Comissão Europeia (DG SANCO e FVO) e a Comissão do Codex Alimentarius da FAO (CCA).

Desde julho de 2016 desempenha funções de Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária em regime de substituição.

311434376

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral

Despacho n.º 6408/2018

Considerando que o cargo de Diretor de Serviços de Programação Orçamental e de Administração Geral, cargo de direção intermédia de

1.º grau do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 179-A/2014, de 11 de setembro, se encontra vago;

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da referida Direção de Serviços de Programação Orçamental e de Administração Geral, até à nomeação de um titular recrutado por procedimento concursal;

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Assim:

Nos termos do artigo 27.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, a licenciada Maria Luísa de Almeida dos Santos de Sá Gomes, para exercer o cargo de Diretor de Serviços de Programação Orçamental e de Administração Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a 22 de junho de 2018.

14 de junho de 2018. — O Diretor-Geral, *Eduardo Diniz*.

Nota Curricular

Maria Luísa de Almeida dos Santos de Sá Gomes
Data de Nascimento 27-09-1964, Lisboa

Formação Académica:

Licenciada em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1988.

Mestre em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, 2001.

Formação Profissional Específica:

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovido pelo INA, em 2009.

Experiência Profissional:

Técnica superior do quadro da Secretaria do Ministério da Economia, desde 25 de julho de 2002 (então Secretária Geral do Ministério das Obras Públicas).

01.11.2016/21.06.2018 — Chefe de divisão do Gabinete de Apoio Jurídico, do ICNF, IP.

01.08.2014/31.10.2016 — Técnica superior, em regime de mobilidade interna, da Equipa de Projeto de Contratação Pública Eletrónica, do IMPIC, IP.

01.10.2012/31.07.2014 — Diretora de Serviços Jurídicos, Contratação e Património, da DGIE do MAI.

2008/2014 Diretora de Serviços da UMC da Secretaria-Geral do MOPTC.

2010/2011 — Subdiretora-Geral na Direção-Geral de Veterinária.

2002/2008 — Técnica superior da Secretaria-Geral do MOPTC (Direção de Serviços Financeiros e Patrimoniais, Direção de Serviços Jurídicos e de Contencioso).

2000/2002 — Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Cultura.

1999/2000 — Diretora Adjunta do Conselho de Administração do INTF.

1996/1998 — Técnica superior do Gabinete de Estudos do Tribunal de Contas.

1992/1996 — Técnica superior da Consultadoria Jurídica da DGO.

1990/1992 — Jurista na Direção de Serviços do IRC, da DGCI.

Funções Docentes:

1991/1992 a 2010/2011 — Docente do curso de Direito, da Universidade Internacional, de Lisboa.

1999/2000 — Assistente do curso de Direito, da Universidade Independente, em Lisboa.

2009/2010 — Docente do curso de Direito da Universidade Moderna, de Beja.

Trabalhos Publicados:

Código de Processo Civil e Legislação Complementar Nacional e Internacional, (coautoria) Livraria Arco-Iris, Edições Cosmos, 1997;

Código de Processo Civil e Legislação Complementar Nacional e Internacional (coautoria), Vislis Editores, 2.ª Edição, 2002;

Gabinetes dos Membros do Governo — Guia de Pessoal, Secretaria-Geral do MOPTC, Lisboa, 2005.

Edições do Tribunal de Contas (coautorias), Lisboa, 1998: A Organização, Funcionamento e Competência da Função Jurisdicional dos Tribu-

nais de Contas e Instituições Congéneres da União Europeia — Estudo de Direito Comparado; Regime Jurídico dos Peritos; L'Organization et la Compétence de la Cour de Comptes; Anuário do Tribunal de Contas 1997; Fundamentos da Recusa de Visto pelo Tribunal de Contas.

311434108

MAR

Gabinete da Ministra

Declaração de Retificação n.º 484/2018

Nos termos do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado em anexo ao Despacho Normativo n.º 15/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de dezembro, declara-se que o Despacho n.º 3467/2018, de 29 de março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 6 de abril, contém a seguinte inexactidão, que assim se retifica:

Onde se lê «produz efeitos a partir de 1 de abril de 2017» deve ler-se «produz efeitos a partir de 1 de abril de 2018».

20 de junho de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

311444703

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Aviso n.º 8860/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de doze postos de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 12106/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série — N.º 206 — 21 de outubro 2015, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com os trabalhadores a seguir identificados, tendo sido integrados na 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, a que corresponde a remuneração mensal de (euro) 1.201,48:

Referência A:

Pedro Gonçalo Aires Amaral, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Hugo Alexandre Manso Gonçalves, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Pedro Mário Ferreira de Castro Caetano, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Daniel Alexandre Anjos Páscoa, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Jorge Nuno Teixeira Roque Pereira, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Afonso Alves de Matos, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Pedro Carreiro Carvalho Cordeiro, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Luís Sousa Ferreira, com início de funções a 1 de maio de 2018.

Referência B:

Rui Miguel Ferreira Gonçalves da Severina, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Paulo Manuel Rito da Cruz, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Ricardo Jorge Vieira Marques, com início de funções a 1 de maio de 2018;

Fernando Manuel Oliveira dos Reis, com início de funções a 4 de junho de 2018;

Para efeitos do estipulado no artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de